



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	O uso do Solo Criado e seu impacto no adensamento urbano em Porto Alegre
Autor	MARCELO FOSCHIERA DE MESQUITA
Orientador	MARIO LEAL LAHORGUE

O USO DO SOLO CRIADO E SEU IMPACTO NO ADENSAMENTO URBANO EM PORTO ALEGRE

Autor: Marcelo Foschiera de Mesquita

Orientador: Mario Leal Lahorgue

Departamento de Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano são o conjunto de leis que regem o uso e ocupação da cidade e do solo urbano. Tendo em vista o processo de reformulação realizado pela atual administração de Porto Alegre (2017-2020), é pertinente que se avalie o atual Plano Diretor, apreciando sua eficácia e implementação em seus anos de vigência. Um dos instrumentos do Plano é o Solo Criado, que têm como função regular o crescimento vertical do município estabelecendo limite à construção de edificações, com a possibilidade de aumento mediante a contrapartida financeira. Os recursos auferidos através deste instrumento foram originalmente destinados para o financiamento de projetos de habitação popular, através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). A pesquisa tem como objetivo analisar a implementação do instrumento entre 2014 e 2019, e aferir assim sua eficácia como instrumento regulador da densificação urbana. Através da obtenção e análise de dados sobre a quantidade de solo criado vendida e o balanço do fundo, foi possível observar o padrão espacial de uso e valor arrecadado com o instrumento, assim como o detalhamento de despesas do FMHIS. Nos cinco anos observados, a aquisição de Solo Criado se deu majoritariamente nos arredores do centro, e na zona norte ao longo das principais avenidas. No balanço do Fundo percebe-se que os anos posteriores a Copa do Mundo registraram maiores despesas e investimentos (grande parte em obras relacionadas ao megaevento), assim como um aumento consistente na arrecadação através da venda de Solo Criado. Após 2016 houve uma diminuição de 67% nas despesas do FMHIS, o que refletiu no balanço de programas como Regularização Fundiária e de Reassentamento, que registraram gastos equivalentes a um quarto do limite, indicando assim uma possível subutilização dos recursos disponíveis.